

TERMOGÁS S.A.
CNPJ Nº: 02.723.396/0001-20

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

Submetemos a apreciação de V. Sas. As Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. A evolução de suas operações e os principais fatos ocorridos neste exercício poderão ser examinadas através das próprias Demonstrações Contábeis. Colocamo-nos a disposição de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais.

JOSE CARLOS DE SALLES GARCEZ
Diretor Presidente

HERMANO DARWIN VASCONCELLOS MATTOS
Diretor

JOSE AUGUSTO GOMES NOGUEIRA
Contador – CRC BA 029.138/0-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO				
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)				
	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2024	31/12/2023	
			(reapresentado)	
ATIVOS				
CIRCULANTES				
Caixa e equivalentes de caixa	5	43.004	42.846	
Impostos a recuperar	6	5.152	4.246	
Dividendos a receber	7.3	63.309	-	
Despesas reembolsáveis		5.120	3.489	
Outras contas a receber		256	238	
TOTAL DOS ATIVOS CIRCULANTES		116.841	50.819	
NÃO CIRCULANTES				
Partes relacionadas	13	46.648	58.318	
Investimentos	7	330.924	298.926	
Imobilizado	8	5.889	5.890	
TOTAL DOS ATIVOS NÃO CIRCULANTES		383.461	363.134	
TOTAL DOS ATIVOS		500.302	413.953	

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DA CONTROLADORA E DO CONSOLIDADO				
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o dividendos propostos por ação)				
	NOTA EXPLICATIVA	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO CAPITAL	RESERVA DE LUCROS RESERVA LEGAL
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2023		78.744	-	15.517
Resultado do exercício		-	-	28.654
Destinação do lucro:				
Constituição de reserva legal	10.2	-	-	265
Dividendos mínimos obrigatórios	10.3	-	-	-
Transferência entre contas	10.4	-	-	56.926
Adiantamento Futuro Aumento capital		-	75	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 REAPRESENTADO		78.744	75	15.782
Resultado do exercício		-	-	85.580
Destinação do lucro:				
Constituição de reserva legal	10.2	-	-	(33)
Dividendos mínimos obrigatórios	10.3	-	-	336
Transferência entre contas	10.4	-	-	64.975
Adiantamento Futuro Aumento capital		-	(75)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		78.744	712.440	1.478

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO			
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)			
	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2024	31/12/2023
			(reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		86.634	76.625
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Resultado de equivalência patrimonial	7	(99.163)	(83.873)
Depreciação e amortização	8	11	8
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Impostos a recuperar		(906)	(468)
Outras contas a receber		(250)	23
Mútuo		(1)	0
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		74	(1)
Obrigações trabalhistas e encargos sociais		(4)	7
Impostos, taxas e contribuições		38	(128)
Receitas Diferidas		(803)	2.483
Caixa aplicado nas atividades operacionais		(14.372)	(6.325)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Adiantamentos para futuro aumento de capital - ativo		2.310	(2.566)
Aquisição de investimento		-	-
Aquisição de Imobilizado		(10)	(48)
Integralização de capital em investida	7	(5.250)	(469)
Recebimento de Dividendos	7.3	17.481	25.033
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		14.530	21.950
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Adiantamentos para futuro aumento de capital - passivo		-	75
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		-	75
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		158	16.701
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA REPRESENTADO POR:			
No início do exercício	5	42.846	26.146
No final do exercício	5	43.004	42.846
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		158	16.701

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (REAPRESENTADO)

(Valores expresso em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando de outra forma mencionado)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia foi fundada em 1o de julho de 1998 e tem por objetivo a participação em empreendimentos de transporte e distribuição de gás natural canalizado assim como em empresas de prestação de serviços de operação e manutenção de termelétricas.

As controladas em conjunto da Companhia estão sumariadas na nota explicativa no 2.

2. SOCIEDADES DO GRUPO

A seguir apresentamos as participações nas investidas da Companhia:

INVESTIDAS	PARTICIPAÇÃO - % CAPITAL TOTAL	
	31/12/2024	31/12/2023
Companhia Rondoniense de Gás S.A - RONGÁS	83,00%	83,00%
Companhia Maranhense de Gás S.A - GASMAR	74,50%	74,50%
Companhia de Gás do Piauí S.A - GASPISA	59,36%	59,36%
Companhia Brasileira de Gás S.A - CEBGÁS	75,00%	51,00%
Companhia de Gás do Amapá S.A - GASAP	74,50%	74,50%
Agência Goiana de Gás Canalizado S.A - GOIASGÁS	73,90%	73,90%
TMN Transportadora S.A	84,65%	84,65%
Companhia de Gás do Pará S.A - GASPARÁ	74,50%	74,50%
Manausgás S.A.	50,00%	50,00%
TNG Participações Ltda.	100,00%	100,00%
Companhia de Gás do Amazonas S.A. (indireta pela Manausgás)	83,00%	83,00%
Transportadora de Gás do Pará S/A - TGP	99,98%	99,98%

2.1 Participações da TERMOGÁS S.A

COMPANHIA RONDONIENSE DE GÁS S.A. – RONGÁS (Companhia em fase pré-operacional)

A COMPANHIA RONDONIENSE DE GÁS S/A – RONGÁS (“Companhia”) foi constituída através da ATA de 17/6/1998, e autorizada pela Lei Estadual nº 728, de 14 de julho de 1997, como uma sociedade de economia mista, com concessão para exploração de gás canalizado no Estado de Rondônia, no prazo de 25 anos, podendo ser prorrogado por igual período.

A Companhia tem por objeto social promover a produção, importação, aquisição, armazenamento, distribuição, comercialização, transporte, e a prestação de serviços correlatados na área de gás natural, seja para fins de matéria prima, geração de energia elétrica, combustível além de outras finalidades e usos que os avanços tecnológicos permitirem.

O início das operações da Companhia com gás natural canalizado depende do suprimento do produto por meio de gasoduto ou outras tecnologias como o gás natural liquefeito (GNL) e biometano obtido a partir de biomassa local.

O contrato de compra e venda de gás natural, que será celebrado entre a Companhia Rondoniense de Gás – Rongás e as Empresas que eventualmente viabilize seu transporte até a área de atuação da Distribuidora RONGÁS, é fator primordial na evolução do processo de disponibilidade deste energético em Rondônia.

COMPANHIA MARANHENSE DE GÁS – GASMAR

A Companhia Maranhense de Gás – GASMAR (“GASMAR”) foi constituída em 26 de junho de 2002 pela Lei Estadual nº 7.595, de 11 de junho de 2001, como uma sociedade de economia mista, com concessão para exploração de gás canalizado no Estado do Maranhão até o dia 10 de junho de 2031, podendo ser prorrogado por igual período.

A GASMAR tem por objeto social a exploração, com exclusividade em todo o território do Estado do Maranhão, do serviço de distribuição e comercialização de gás canalizado, podendo também explorar outras formas de distribuição de gás natural e manufaturado, inclusive comprimido ou liquefeito, de produção própria ou de terceiros, nacional ou importado, para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração termelétrica ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos.

Em 17 de dezembro de 2012, a Companhia celebrou contrato de operação e manutenção do sistema de distribuição de gás natural com a UTE Parnaíba Geração de Energia S.A., tendo iniciado suas operações em 1o de março de 2013, conforme previsto em contrato e o término do contrato em 31 de dezembro de 2027, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes e as intervenientes – auentes.

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ – GASPISA (Companhia em fase pré-operacional)

A Companhia de Gás do Piauí – GASPISA (“GASPISA”) é uma sociedade de economia mista, constituída em 28 de fevereiro de 2002 com autorização da Lei Estadual nº 5.192, de 25 de maio de 2001, com concessão para exploração de gás canalizado no Estado do Piauí até o dia 24 de maio de 2031, podendo ser prorrogado por igual período.

A GASPISA tem por objeto social a exploração do serviço de distribuição e comercialização de gás canalizado em todo o Estado do Piauí, podendo também explorar outras formas de distribuição de gás natural e manufaturado, inclusive comprimido ou liquefeito, ou acondicionado em recipientes, de produção própria ou de terceiros, nacional ou importado, para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração termelétrica ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos. Poderá também exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com

o setor de gás, inclusive sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros e, participar de outros empreendimentos cuja finalidade esteja relacionada com seu objeto social, para o que poderá constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integrais.

Em julho de 2004, a GASPISA iniciou sua operação parcial, com a distribuição de gás natural comprimido transportado em caminhões. As operações da GASPISA relativo à distribuição de gás a partir do transporte com caminhões foram paralisadas em 14 de julho de 2009. Para que tenha operacionalização plena, faz-se necessário a distribuição de gás natural canalizado, a qual depende da viabilização de construção do gasoduto de transporte de gás natural ligando o Porto de Pecém, no Estado do Ceará, à cidade de Teresina, no Estado do Piauí.

Em 21 de dezembro de 2005, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), promulgou a Licença Prévia (no 220/2005) para instalação do gasoduto Meio Norte, com extensão de 948 quilômetros, que ligará os estados do Maranhão e Ceará, passando pelo estado do Piauí.

Em 23 de novembro de 2006, o Gasoduto Meio Norte recebeu a Licença de Instalação LI, tornando-se o segundo maior gasoduto já licenciado no país. A Autorização de Construção do Gasoduto Meio Norte foi expedida pela ANP em 26 de dezembro de 2006, sob o no 360.

Até o início das operações da GASPISA a Companhia depende de suporte financeiro dos sócios e/ou de terceiros.

COMPANHIA BRASILIENSE DE GÁS – CEBGÁS

A Companhia Brasileira de Gás - CEBGÁS (“Companhia”) é uma sociedade de economia mista, constituída em 20 de março de 2001, com autorização da Lei Distrital nº 2.518, de 10 de janeiro de 2000, e tem por objeto social a exploração, com exclusividade, do serviço de distribuição e comercialização de gás combustível canalizado, de produção própria ou de terceiros, podendo inclusive importar, para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração termelétrica ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos, em todo território do Distrito Federal. A Companhia também tem por objeto social:

- Implantar e operar as redes de distribuição de gás canalizado, podendo ainda adquirir e importar diretamente gás natural e executar os serviços de transporte;
- Exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive, sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros; e
- Constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integrais, visando ao êxito na realização de suas atividades.

A concessão da exploração tem prazo de vigência até 9 de janeiro de 2030, podendo ser prorrogado por mais 30 anos.

A Companhia entrou em operação em 08 de novembro de 2007, por meio do suprimento de Gás Natural Liquefeito (GNL), proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal. Até a presente data a distribuição de gás natural é a partir da celebração de contratos de compra e venda com seus distribuidores no Brasil, por meio de transporte rodoviário. Para que sua operação seja similar à de outras companhias distribuidoras de gás canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Distrito Federal com a construção de um gasoduto de transporte de gás natural, cujo projeto encontra-se em andamento. Até que esse projeto seja concluído, os acionistas proveerão os recursos necessários para a manutenção da operação.

COMPANHIA DE GÁS DO AMAPÁ – GASAP (Companhia em fase pré-operacional)

A Companhia de Gás do Amapá – GASAP (“Companhia”) é uma sociedade de economia mista vinculada à Secretaria de Infraestrutura do Estado do Amapá, constituída em 22 de outubro de 2003, com autorização da Lei Estadual nº 705, de 5 de julho de 2002, alterada pela Lei Estadual nº 750, de 30 de abril de 2003, com concessão para exploração, com exclusividade, do serviço de distribuição e comercialização de gás canalizado no Estado do Amapá, no prazo de 30 anos (até 21 de outubro de 2033), podendo ser prorrogado por igual período.

A Companhia tem por objeto social a exploração, com exclusividade, do serviço público de distribuição e comercialização de gás canalizado, podendo também explorar outras formas de distribuição de gás natural ou manufaturado de produção no Estado do Amapá, pela União, por terceiros nacionais ou decorrente de importação, para fins industriais, comerciais, residenciais, e qualquer outra finalidade lícita de consumo direto ou como componente de produção, condizente com a tecnologia hodierna disponível. Poderá também explorar jazidas de gás natural existentes ou a prospeção para produção e distribuição canalizada mediante concessão da União Federal, em todo o território do Estado do Amapá, além de exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros, e participar de outros empreendimentos cuja finalidade esteja relacionada com seu objeto social, para o que poderá constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integrais.

O início das operações da Companhia depende da viabilização da construção do gasoduto de transporte de gás natural ligando o Estado do Amapá ao gasoduto de transporte de gás natural que transportará esse gás, existindo também a possibilidade de esse gás chegar ao Estado do Amapá por meio do transporte de Gás Natural Comprimido - GNC ou Gás Natural Liquefeito - GNL, fazendo uso de terminal de regaseificação de GNL projetado para a cidade de Barcarena, no Estado do Pará. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas no pressuposto da construção do referido gasoduto ou do terminal de regaseificação e, consequentemente, do início das operações, e não incluem nenhum ajuste que poderia ser requerido no caso de a Companhia não conseguir iniciar sua total operação. Até o início da sua operação, a Companhia continuará a depender de suporte financeiro a ser obtido por meio de aporte de capital por parte de seus acionistas ou de recursos de terceiros.

AGÊNCIA GOIANA DE GÁS CANALIZADO S.A. – GOIASGÁS (Companhia em fase pré-operacional)

A Agência Goiana de Gás Canalizado S.A. - Goiásgás (“Companhia”) foi constituída em 24 de julho de 2001, com autorização da Lei Estadual nº 13.641, de 09 de junho de 2000, e tem por objeto social a exploração dos

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO				
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)				
	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2024	31/12/2023	
			(reapresentado)	
RECEITAS (DESPESAS)				
Gerais e administrativas	11	(16.065)	(7.520)	
Resultado de equivalência patrimonial	7	99.163	83.873	
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		83.098	76.353	
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	12	3.542	278	
Despesas financeiras	12	(7)	(6)	
Total		3.535	273	
LUCRO / PREJUÍZO OPERACIONAL		86.634	76.625	
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		86.634	76.625	

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO				
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)				
	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2024	31/12/2023	
			(reapresentado)	
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		86.634	76.625	
Outros resultados abrangentes		-	-	
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO		86.634	76.625	

CONTINUAÇÃO

serviços de gás canalizado, entendendo-se como tal a distribuição e comercialização de gás natural e de outras origens, utilizando para a prestação desses serviços as vias terrestres e fluviais, além de outras atividades correlatas, necessárias para a distribuição do gás em todo o segmento consumidor, seja como combustível, matéria-prima, petroquímica, fertilizante ou como oxirredutor siderúrgico, seja para geração termelétrica ou outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos. A Companhia poderá também efetuar a implantação e a operação das redes de distribuição de gás canalizado, podendo ainda adquirir e importar diretamente gás natural e executar os serviços de transporte, além de exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive, sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros, e participar do capital de outras sociedades, visando ao êxito na realização de suas atividades.

A concessão para exploração, distribuição e comercialização de gás canalizado tem o seu prazo de vigência até 12 de setembro de 2031, podendo ser prorrogado por mais 30 anos.

A Companhia entrou em operação em 29 de novembro de 2006, por meio do suprimento de Gás Natural Liquefeito - GNL, proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Estado de Goiás, e a sua distribuição a partir da celebração de contratos de compra e venda com seus distribuidores no Brasil. Para que a sua operação seja similar à de outras Companhias distribuidoras de gás canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Estado de Goiás por meio de um gasoduto de transporte de gás natural. Até que o projeto seja concluído, os acionistas vêm provendo os recursos necessários para a manutenção da operação.

Os contratos de compra e de venda de Gás Natural Liquefeito - GNL mantidos entre a Companhia e a GNL Ltda. e a Petróbrás Distribuidora S.A., respectivamente, foram encerrados em 1º de dezembro de 2018, não havendo renovação dos mesmos até o fim do exercício social de 2023.

A Goiásgás está enviando todos os esforços possíveis para retomar as atividades de distribuição de gás natural canalizado para o Estado de Goiás. Os acionistas controladores garantem o suporte financeiro à Companhia até a retomada de suas operações.

TMN TRANSPORTADORA S.A. (Companhia em fase pré-operacional)

A TMN Transportadora S.A. (“TMN”) é uma sociedade privada que tem por objeto social a engenharia, construção, instalação, titularidade, exploração comercial, operação e manutenção, direta ou indiretamente, de um duto para transporte de gás natural e instalações associadas partindo do “City-Gate” da PETROBRAS, localizado no Município de Pecém, Estado do Ceará, passando pelos Estados do Piauí e Maranhão, bem como explorar a comercialização de serviços de transmissão de dados e informações por fibra ótica ou outra forma de transmissão de dados e informações. O projeto de construção do Gasoduto Meio Norte deverá ter sua fonte de suprimento alterada, isso se deve as recentes descobertas de gás natural ocorridas na Bacia do Parnaíba, localizada na região de Capinzal do Norte – MA.

A TMN é responsável pelo gerenciamento da construção do gasoduto que ligará os Estados do Maranhão, Piauí e Ceará numa extensão de aproximadamente 948 quilômetros.

Em 21 de dezembro de 2005, a TMN obteve junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a licença prévia (no 220/2005) para instalação do Gasoduto Meio Norte. Em 23 de novembro de 2006, o Gasoduto Meio Norte recebeu Licença de Instalação, expedida pela Agência Nacional do Petróleo – ANP em 26 de dezembro de 2006, sob o no 360.

Atualmente, a TMN encontra-se em fase pré-operacional, sendo as suas atividades mantidas através dos aportes de recursos de seus acionistas. O início das operações depende da assinatura de contratos de compra e venda de gás natural com os possíveis supridores e as distribuidoras de gás do Maranhão e Piauí e da captação de recursos junto às instituições financeiras. A partir da liberação dos recursos para a construção do Gasoduto é estimado o prazo de 2 a 3 anos para a TMN entrar em funcionamento.

Até o início das operações da TMN a Companhia depende de suporte financeiro dos sócios e/ou de terceiros. COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ – GÁS DO PARÁ (Companhia em fase pré-operacional)

A Companhia de Gás do Pará (“Companhia” ou “Gás do Pará”) é uma sociedade de economia mista e tem por objeto social a exploração, com exclusividade, do serviço público de distribuição e comercialização de gás canalizado, podendo também explorar outras formas de distribuição de gás natural ou manufaturado, inclusive comprimido ou liquefeito, de produção própria ou de terceiros, nacional ou importado, para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração termelétrica ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos, em toda a área compreendida no território do Estado.

No cumprimento de seu objeto social, a Companhia será responsável pela implantação e operação de redes de distribuição, estações ou unidades de armazenamento, regulação, compressão, liquefação, regaseificação e transvasamento de gás em qualquer parte do Estado do Pará, de produção própria ou de terceiros, nacional ou importado, utilizando-se das vias terrestres e fluviais para a instalação de redes de canalização ou transporte do produto envasado.

A Companhia é concessionária exclusiva até o ano 2053, prorrogável por mais 30 anos, da exploração dos serviços de distribuição e comercialização de gás canalizado em todo o Estado do Pará, podendo também explorar outras formas de distribuição de gás natural e manufaturado, inclusive comprimido ou liquefeito, ou acondicionado em recipientes de produção própria ou de terceiros, nacional ou importado, para fins comerciais, industriais, residenciais, de geração termelétrica ou para quaisquer outras finalidade e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos.

O início das operações comerciais da Companhia está previsto para o primeiro semestre de 2024 com o início da prestação dos serviços locais de movimentação do gás natural para a empresa Alunorte – Alumina do Norte do Brasil S.A. localizada no município de Barcarena. Em 2025, está previsto o início do fornecimento de gás natural para o segmento termelétrico, localizado no município de Barcarena. Estes fornecimentos já estão com os contratos de movimentação de gás assinados pela Gás do Pará. Ademais, a Companhia vem negociando a distribuição e comercialização do gás natural com potenciais clientes do Estado, incluindo clientes no município de Belém, para os segmentos industrial e automotivo.

Em 2023, a Companhia se manteve pré-operacional, sendo as suas necessidades de caixa mantidas por meio dos aportes de recursos de seus acionistas e pelos recursos oriundos da emissão de debêntures.

MANAUSGÁS S.A.

A MANAUSGÁS S.A. (“MANAUSGÁS”) é uma sociedade anônima, constituída em 2002 com o objetivo de participar em empreendimentos ou outras sociedades, civis ou comerciais, como sócia, acionista, consorciada ou quotista.

A MANAUSGÁS é acionista da Companhia de Gás do Amazonas – Cigás (“Cigás”), da qual detém 83% de seu capital social. A Cigás é uma sociedade anônima de economia mista, integrante da administração indireta do Estado do Amazonas, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, criada mediante autorização da Lei Estadual no 2.325 de 8 de maio de 1995, com autonomia administrativa e financeira. Com concessão para exploração de gás canalizado com prazo de vigência até 18 de novembro de 2032, tendo o início efetivo de suas operações começado em dezembro de 2010.

A Cigás tem por objeto social a exploração, com exclusividade, no Estado do Amazonas, sob o regime de concessão, dos serviços locais de gás canalizado, bem como de outras atividades correlatas ou afins, vinculadas ou necessárias à distribuição de gás para todo o segmento consumidor, seja como combustível, matéria-prima e insumos para a indústria petroquímica ou de fertilizante ou como oxirredutor siderúrgico, seja para a geração termelétrica ou outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos. A concessão tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos a partir em 31 de janeiro de 2040, considerando a prorrogação do termo inicial autorizada pela Lei Estadual no 3.690 de 21 de dezembro de 2011.

A Cigás assinou em 1o de junho de 2006 contrato com a Petróbras, com interveniência da Manaus Energia S.A., Elettronorte e Eletrobrás, de compra e venda de gás natural, o qual terá por prazo de vigência 20 anos e prevê o fornecimento comercial de 5.500.000 (cinco milhões e quinhentos mil) metros cúbicos por dia de gás canalizado. Assinou nesta mesma data, contrato de fornecimento de gás natural para geração termelétrica, com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (anteriormente denominada Manaus Energia S.A.), com interveniência da Petróbras, Elettronorte e Eletrobrás, pelo prazo de 20 anos, com fornecimento de 5.500.000 (cinco milhões e quinhentos mil) metros cúbicos por dia.

Em 2011 foi assinado pela Amazonas Distribuidora de Energia S.A. e a Eletrobrás o terceiro aditivo do contrato de compra e venda de gás natural, o qual celebra uma nova quantidade diária contratual, que segue uma curva de volume incremental de fornecimento do gás natural até 2014, ano em que fixa o valor de 5.500 m³ por dia.

A TNG PARTICIPAÇÕES LTDA. (Companhia em fase pré-operacional)

A TNG Participações Ltda. (“TNG”) foi constituída em 10 de outubro de 2001, tendo como objeto social, o desenvolvimento do projeto, engenharia, construção, instalação, titularidade, exploração, financiamento, operação e manutenção de um duto para transporte de gás natural e instalações associadas a partir da Província Petrolifera de Uruçu, no estado do Amazonas, até Porto Vel

e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como as divulgações em notas explicativas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas das premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício está relacionada, principalmente, aos seguintes aspectos: (i) perda estimada por redução ao valor recuperável dos ativos de longo prazo; e (ii) provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais; as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

SUMÁRIO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultados; (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para vender; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

A Companhia não possui instrumentos financeiros para as categorias classificadas nos itens (a) a (c) mencionadas acima.

Os ativos financeiros compreendem:

Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização, conforme nota explicativa n.º 5.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

4.2 Avaliação do valor recuperável dos ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

Investimento

O controle compartilhado é um acordo contratual através do qual a Companhia exerce uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da controlada em conjunto requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Os acordos de controle em conjunto que envolvem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detenha uma participação são chamados de entidades controladas em conjunto.

Os resultados, ativos e passivos da controlada em conjunto é incorporado às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial. Conforme o método de equivalência patrimonial, o investimento em controlada em conjunto é inicialmente registrado pelo valor de custo e em seguida

ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da controlada em conjunto.

Imobilizado

Terrenos, máquinas e equipamentos, equipamentos de informática e outros itens do imobilizado estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

Resultado por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado, excluídas as ações em tesouraria.

Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados de acordo com o estatuto social, o qual permanece segregado em reserva específica dentro do patrimônio líquido até a sua efetiva aprovação.

Impactos de novas legislações e normas

Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

As normas brasileiras de relatório financeiro novas ou revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas novas e revisadas normas, aplicáveis a Companhia, não teve qualquer impacto nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras:

NORMA	DESCRIÇÃO DA ALTERAÇÃO
IAS 1 / CPC 26: Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulante	As alterações 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes no final do período de relatório, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas no final do período de relatório, e introduzem a definição de "liquidação" para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras – Passivo Não Circulante com Covenants	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de oferecer a liquidação do passivo durante pelo menos dois meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.
Alterações a IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações—Acordos de Financiamento de Fornecedores	As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. O termo "acordos de financiamento de fornecedores" não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações.
IFRS 16 / CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor- arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento ("Sale and Leaseback") de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as novas normas ou revisões relacionadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não vigentes.

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IAS 21 /CPC 02	Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Fatta de Conversibilidade
IFRS 18/CPC 26	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações
Financeiras IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

4.8 Reapresentação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as demonstrações contábeis comparativas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram reapresentadas devido a ajustes na classificação contábil de determinadas contas, não observadas durante auditoria do referido exercício. As alterações envolveram os ajustes dos saldos das contas de dividendos a pagar, no passivo circulante, do resultado da equivalência patrimonial no resultado do exercício, e contas de reservas de lucro do patrimônio líquido, não apontados por esta auditoria na época.

Dessa forma, as demonstrações contábeis de 2023, apresentadas para fins comparativos, foram ajustadas e reapresentadas em conformidade com os pronunciamentos técnicos CPC 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (NBC TG 23 (R1) e CPC 26 (R1) -Apresentação das Demonstrações Contábeis (NBC TG 26 (R3), emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Essas reclassificações foram realizadas com o objetivo de aprimorar a apresentação das informações financeiras, proporcionando maior clareza e alinhamento com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/24	31/12/23
Caixa e bancos	132	1
Aplicações Financeiras	42.872	42.846
Total	43.004	42.846

A aplicação financeira, em 31 de dezembro de 2024, é representada por aplicação de CDB de curto prazo, remunerada a taxas de 100% do CDI.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/24	31/12/23
IRRF sobre ganho aplicações financeiras	4.845	4.242
Outros	307	4
Total	5.152	4.246
Não circulante	5.152	4.246
Total	5.152	4.246

CONTINUAÇÃO

7.3 Movimentação dos dividendos a receber

	EM MILHARES (R\$)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.459	
Dividendos propostos	15.574	
Dividendos recebidos	(25.033)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	
Dividendos propostos	80.789	
Dividendos recebidos	(17.461)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	63.309	

8. IMOBILIZADO

DESCRIÇÃO	DEPRECIACÃO ANUAIS	SALDO LÍQUIDO	
		31/12/2024	31/12/2023
Terrenos		5.828	5.828
Máquinas e equipamentos	10%	20	12
Informática	20%	6	10
Móveis e utensílios	10%	33	38
Marcas e patentes	-	2	2
Total		5.889	5.890

A movimentação do saldo do imobilizado está demonstrada a seguir:

	TAXAS DE DEPRECIACÃO ANUAIS	31/12/2022	BAIXAS/ ADIÇÕES	31/12/2023	BAIXAS/ ADIÇÕES	31/12/2024
Descrição						
Custo						
Terrenos		5.828	-	5.828	-	5.828
Máquinas e equipamentos	10%	78	6	85	10	95
Informática	20%	78	7	85	-	85
Móveis e utensílios	10%	174	34	209	-	209
Marcas e patentes	-	8	-	8	-	8
Total do custo		6.166	47	6.215	10	6.225
Depreciação						
Máquinas e equipamentos	10%	(71)	(2)	(73)	(2)	(75)
Informática	20%	(71)	(4)	(75)	(4)	(79)
Móveis e utensílios	10%	(169)	(1)	(172)	(5)	(177)
Marcas e patentes	10% a 20%	(5)	-	(5)	-	(5)
Total da depreciação		(316)	(7)	(325)	(11)	(336)
Movimentação líquida		5.850	40	5.890	(1)	5.889

9. FORNECEDORES

	31/12/24	31/12/23
Fornecedores de serviços	121	47
Total	121	47

CONTINUAÇÃO

7. INVESTIMENTOS E PROVISÃO PARA PERDA EM INVESTIMENTOS

7.1 Informações financeiras resumidas das controladas em conjunto

A Companhia mensura seu investimento nas participações societárias de empreendimentos controlados em conjunto utilizando o método da equivalência patrimonial. As participações societárias dos empreendimentos controlados em conjunto da Companhia assim como suas respectivas informações financeiras resumidas, conforme requerido pelo CPC 45, estão abaixo demonstradas:

7.1.1. Informações financeiras resumidas das controladas em conjunto para 31 de dezembro de 2024

EMPRESA	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL INTEGRALIZADO %	ATIVOS							
		ATIVOS CIRCULANTES			ATIVOS NÃO CIRCULANTES				
		CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	OUTROS ATIVOS CIRCULANTES	TOTAL DOS ATIVOS CIRCULANTES	INVESTIMENTO	IMOBILIZADO	OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES	TOTAL DOS ATIVOS NÃO CIRCULANTES	TOTAL DOS ATIVOS
Companhia Rondoniense de Gás S.A. - RONGÁS	83,00%	966	55	1.021	-	3	-	3	1.024
Companhia de Gás do Piauí S.A. - GASPISA	59,36%	458	10	468	15	9	14	38	506
Companhia Maranhense de Gás S.A. - GASMAR	74,50%	19.787	11.764	31.551	-	1.432	96.807	98.239	129.790
Companhia de Gás do Amapá S.A. - GASAP	74,50%	132	23	155	-	8	7	15	170
TMN Transportadora S.A	84,65%	130	1	131	-	11	13	24	155
Manausgás S.A.	50,00%	71.324	48.506	119.830	419.225	3	13.528	432.756	552.586
Companhia de Gás do Pará S.A. - GASPARÁ	74,50%	39.460	3.762	43.222	-	470	57.544	58.014	101.236
Companhia Brasileira de Gás S.A. - CEBGÁS	75,00%	155	1	156	-	10	570	580	736
Agência Goiana de Gás Canalizado S.A. - Goiásgás	73,90%	402	11	413	-	27	139	166	579
TNG Participação Ltda.	100,00%	35	1	36	-	4	49	53	89
TGP - Transportadora de Gas do Pará S.A.	99,98%	-	-	-	-	-	6.258	6.258	6.258

EMPRESA	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL INTEGRALIZADO %	PASSIVOS, PATRIMÔNIO LÍQUIDO, E (PASSIVO A DESCOBERTO)							
		PASSIVOS CIRCULANTES			PASSIVOS NÃO CIRCULANTES				
		DIVIDENDOS A PAGAR	OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES	TOTAL DOS PASSIVOS CIRCULANTE	OUTRO PASSIVOS NÃO CIRCULANTES	TOTAL DOS PASSIVOS NÃO CIRCULANTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL - AFAC	TOTAL DOS PASSIVOS, DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E (PASSIVO A DESCOBERTO)
Companhia Rondoniense de Gás S.A. - RONGÁS	83,00%	-	20	20	2.641	2.641	(1.637)	-	1.024
Companhia de Gás do Piauí S.A. - GASPISA	59,36%	-	297	297	-	-	(1.807)	2.016	506
Companhia Maranhense de Gás S.A. - GASMAR	74,50%	14.510	27.020	41.530	68.801	68.801	19.459	-	129.790
Companhia de Gás do Amapá S.A. - GASAP	74,50%	-	34	34	-	-	32	104	170
TMN Transportadora S.A	84,65%	-	17	17	-	-	(322)	460	155
Manausgás S.A.	50,00%	93.924	682	94.606	-	-	457.980	-	552.586
Companhia de Gás do Pará S.A. - GASPARÁ	74,50%	7.826	12.724	20.550	42.022	42.022	38.664	-	101.236
Companhia Brasileira de Gás S.A. - CEBGÁS	75,00%	-	2.071	2.071	158	158	(3.818)	2.325	736
Agência Goiana de Gás Canalizado S.A. - Goiásgás	73,90%	-	156	156	-	-	423	-	579
TNG Participação Ltda.	100,00%	-	1	1	-	-	(451)	539	89
TGP - Transportadora de Gas do Pará S.A.	99,98%	-	-	-	-	-	6.103	155	6.258

ANO 2024														
EMPRESA	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL INTEGRALIZADO %	RECEITAS (DESPESAS)								LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO	RESULTADO FINANCEIRO	LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	IMPOSTO DE RENDA E LUCRO CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO
		RECEITA LÍQUIDA	CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	LUCRO BRUTO	GERAIS E ADMINISTRATIVAS	DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO	EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)	TOTAL					
Companhia Rondoniense de Gás S.A. - RONGÁS	83,00%	-	-	-	(464)	-	-	-	(464)	(464)	78	(386)	-	(386)
Companhia de Gás do Piauí S.A. - GASPISA	59,36%	-	-	-	(1.214)	(5)	-	(1.219)	(1.219)	8	(1.211)	-	(1.211)	
Companhia Maranhense de Gás S.A. - GASMAR	74,50%	98.778	(59.878)	38.900	(10.119)	(461)	-	5.182	33.502	33.502	1.200	34.702	(10.236)	24.466
Companhia de Gás do Amapá S.A. - GASAP	74,50%	-	-	-	(292)	(23)	-	(533)	(315)	(315)	(17)	(332)	-	(332)
TMN Transportadora S.A	84,65%	-	-	-	(431)	(5)	163.746	-	(969)	(969)	13	(956)	-	(956)
Manausgás S.A.	50,00%	70.624	(7.054)	63.570	(16.567)	-	-	(259)	147.179	147.179	8.518	155.697	-	155.697
Companhia de Gás do Pará S.A. - GASPARÁ	74,50%	386	(348)	38	(9.146)	-	(137)	54.165	54.165	(1.089)	53.076	(16.589)	36.487	-
Companhia Brasileira de Gás S.A. - CEBGÁS	75,00%	-	-	-	(925)	(17)	-	(1.041)	(1.041)	12	(1.029)	-	(1.029)	-
Agência Goiana de Gás Canalizado S.A. - Goiásgás	73,90%	-	-	-	(850)	(58)	-	-	(908)	(908)	23	(885)	-	(885)
TNG Participação Ltda.	100,00%	-	-	-	(7)	-	-	-	(7)	(7)	-	(7)	-	(7)
TGP Transportadora de Gas do Pará S.A.	99,98%	-	-	-	(50)	-	-	-	(50)	(50)	-	(50)	-	(50)

ANO 2023

EMPRESA	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL INTEGRALIZADO %	ATIVOS							
		ATIVOS CIRCULANTES			ATIVOS NÃO CIRCULANTES				
		CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	OUTROS ATIVOS CIRCULANTES	TOTAL DOS ATIVOS CIRCULANTES	INVESTIMENTO	IMOBILIZADO	OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES	TOTAL DOS ATIVOS NÃO CIRCULANTES	TOTAL DOS ATIVOS
Companhia Rondoniense de Gás S.A. - RONGÁS	83,00%	937	53	990	-	4	-	4	994
Companhia de Gás do Piauí S.A. - GASPISA	59,36%	219	15	234	9	10	42	61	295
Companhia Maranhense de Gás S.A. - GASMAR	74,50%	36.366	5.903	42.269	-	1.429	39.494	40.923	83.192
Companhia de Gás do Amapá S.A. - GASAP	74,50%	324	51	375	-	10	26	36	411
TMN Transportadora S.A	84,65%	262	5	267	-	15	539	554	821
Manausgás S.A.	50,00%	35.004	28.269	63.273	330.674	3	22.587	353.264	416.537
Companhia de Gás do Pará S.A. - GASPARÁ	74,50%	11.124	945	12.069	-	381	48.947	49.328	61.397
Companhia Brasileira de Gás S.A. - CEBGÁS	75,00%	297	274	571	-	20	406	426	997
Agência Goiana de Gás Canalizado S.A. - Goiásgás	73,90%	325	9	334	-	25	193	218	552
TNG Participação Ltda.	100,00%	35	1	36	-	4	49	53	89
TGP - Transportadora de Gas do Pará S.A.	99,98%	-	-	-	-	-	6.258	6.258	6.258

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

10.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 78.744 mil (2023, R\$ 78.744 mil), e está representado por 39.372.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, e 39.372.000 ações preferenciais, sem valor nominal.

Cada ação ordinária terá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de acionistas. Em 31 de dezembro de 2024, as ações estavam distribuídas da seguinte forma:

	31 DE DEZEMBRO DE 2024				
	QUANTIDADE DE AÇÕES				
ACIONISTAS	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL	%	TOTAL
Carlos Seabra Suarez	19.752.195	20.571.161	40.323.356	51,21%	39.612.305
Abgal Silva Suarez	2.021.936	4.011.909	6.033.845	7,66%	6.659.570
Isabela Silva Suarez	99.467	197.362	296.829	0,38%	325.271
Ana Paula Silva Suarez	99.467	197.362	296.829	0,38%	325.271
Gabriel Silva Suarez	99.467	197.362	296.829	0,38%	325.271
CS Participações LTDA	7.874.400	-	7.874.400	10,00%	7.874.400
Adalberto Menezes Pedroso	4.712.534	7.098.422	11.810.956	15,00%	11.810.956
Luiz Alberto Benevides Barbosa	4.712.534	7.098.422	11.810.956	15,00%	11.810.956
Total	39.372.000	39.372.000	78.744.000	100,00%	78.744.000

Não há previsão estatutária autorizando aumento de capital que não seja aprovado pelos próprios acionistas.

10.2 Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. No exercício de 2024, a Companhia não constituiu reserva legal (2023 constituída R\$ 265). A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

10.3 Dividendos mínimos obrigatórios

Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social, um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado consoante a legislação em vigor.

A seguir detalhamos o cálculo:

	31/12/2024	31/12/2023 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	86.634	76.625
Constituição de reserva legal - 5%	-	(232)
Base de cálculo dos dividendos	86.634	76.393
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	21.658	19.098
Dividendos mínimos obrigatórios por ação	0,02750	0,02425

10.4 Movimentação do saldo de dividendos a pagar

Saldo em 31 de dezembro de 2023 (reapresentado)	28.985
Dividendos mínimos obrigatórios de 2023 - ajuste	(335)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2024	21.658
Saldo em 31 de dezembro de 2024	50.308

11. DESPESA POR NATUREZA

Conforme requerido pelo CPC 26, aprovado pelo CFC como NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações contábeis, apresenta-se a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por função:

	31/12/2024	31/12/2023 (reapresentado)
Depreciação	(11)	(8)
Água e energia elétrica	(104)	(107)
Serviços de terceiros	(13.831)	(5.108)
Comunicação	(198)	(318)
Condomínio	(165)	(137)
Material de escritório	(65)	(30)
Despesas de fundo fixo	(60)	(54)
Viagens e estadias	(137)	(62)
Contribuição à associação de classe	(968)	(806)
Propaganda e publicidade	-	(279)
Despesas com pessoal	(273)	(256)
Impostos e taxas	(176)	(28)
Despesas indutíveis	(12)	(180)
Demais despesas gerais e administrativas	(65)	(147)
Total	(16.065)	(7.520)
Classificado como:		
Despesas gerais e administrativas	(16.065)	(7.520)
Total	(16.065)	(7.520)

12. RESULTADO FINANCEIRO

O montante contabilizado no grupo de receita financeira refere-se à rendimento de aplicação financeira do exercício.

	31/12/24	31/12/23
Caixa e bancos	3.542	278
Aplicações Financeiras	(7)	(6)
Total	3.535	273

13. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	SALDOS			PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL - AFAC (a)	MÚTUO (b)	TOTAL	MÚTUO (b)	DIVIDENDOS A PAGAR	TOTAL
Empresas e pessoas ligadas:	-	-	-	-	-	-
CS Participações S.A.	-	24.953	24.953	-	-	-
Carlos Seabra Suarez	-	8.265	8.265	-	-	-
CS Energia S.A.	-	9.209	9.209	-	-	-
TMN Transportadora S.A.	422	-	422	-	-	-
TNG Participações Ltda	539	-	539	-	-	-
GASPISA - Companhia Piauiense de Gas	1.293	-	1.293	-	-	-
TGP Transportadora de Gas do Pará S.A.	155	-	155	-	-	-
GASAP Cia de Gás do Amapá	68	-	68	-	-	-
CEBGAS - Companhia Brasileira de Gas	1.744	-	1.744	-	-	-
Termomorte Energia S.A.	-	-	-	123.056	-	123.056
Dividendos a pagar	-	-	-	-	73.416	73.416
Total em 31 de dezembro de 2024	4.221	42.427	46.648	-	73.416	196.472
Total em 31 de dezembro de 2023	15.855	42.463	58.318	127.401	73.416	196.472

(a) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital o qual não é corrigido e não tem contrato. O adiantamento para futuro aumento de capital não possui características de instrumento de patrimônio na controlada, desta forma foi classificado pela Companhia como partes relacionadas.

(b) Saldos de mútuo entre a Companhia e empresas e pessoas ligadas, para o qual não há contrato, incidência de encargos financeiros, nem prazo determinado de vencimento.

13.1 Remunerações dos administradores

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a administração ou demais colaboradores.

14. RESULTADO POR AÇÃO

O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

De acordo com o estatuto social da Companhia as ações preferenciais possuem participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros básico por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	31/12/24	31/12/23 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	86.634	76.625
Lucro por ação básico e diluído:		
Média ponderada das ações disponíveis	78.744.000	78.744.000
Lucro por ação básico e diluído (em R\$)	1,10	0,97

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado – taxa de juros, taxas de câmbio, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração determina as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

b) Gestão do risco de capital

O Grupo administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral do Grupo não sofreu alteração. A estrutura de capital do Grupo é formada pelo patrimônio líquido do Grupo (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações não controladoras, conforme apresentado na nota explicativa no 10).

c) Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

d) Gestão do risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adota a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

e) Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade pela gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Executiva, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

f) Operação com derivativos

Não houve operação com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

g) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

16. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/24	31/12/23 (reapresentado)
Provisão para recebimento de dividendos	63.309	-
Constituição de saldo de dividendos a pagar	-	19.098

CONTINUAÇÃO

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não foram registrados eventos subsequentes, até o momento do encerramento das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

18. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto completo das demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e concluíram que as referidas demonstrações traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira assim como consideraram eventos subsequentes até 15 de outubro de 2025, data na qual essas demonstrações financeiras foram aprovadas.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da Termogás S.A.
Salvador - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Termogás S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Termogás S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

a) Mensuração de investimento pelo método da equivalência patrimonial

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4.3 às demonstrações financeiras, os investimentos foram mensurados pelo método de equivalência patrimonial (MEP). Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia é detentora de ações de companhias de capital fechado, sem cotação de mercado. Portanto por representarem transações que podem ter efeito significativo sobre as suas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como principal.

b) Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não foram limitados a:

(i) Analisamos as informações das sociedades investidas, validamos os percentuais de participação e efetuamos o recálculo da equivalência patrimonial;

(ii) Obtivemos as últimas demonstrações contábeis auditadas das sociedades investidas e avaliamos a existência de algum assunto significativo;

(iii) Revisamos os trabalhos dos auditores das sociedades investidas, com base na NBTC TA 600 (ISA 600), incluindo comunicação com as equipes de auditoria das sociedades investidas pela Companhia, com o objetivo de discutir os riscos de auditoria identificados, enfoque, alcance e época dos trabalhos, assim como os resultados alcançados; e

(iv) Avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras da Companhia.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o valor dos investimentos, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Ênfase

Início e/ou implementação das operações das controladas.

Sem modificar nossa opinião, conforme descrito na nota explicativa no 2 às demonstrações financeiras, o início e/ou implementação das operações relacionadas a distribuição de gás canalizado das investidas: i) Companhia Rondoniense de Gás S.A. – RONGÁS; ii) Companhia de Gás do Piauí – GASPISA; iii) Companhia de Gás do Amapá – GASAP; iv) Agência Goiana de Gás Canalizado S.A. – GOIASGÁS; v) TMN Transportadora S.A.; vi) Companhia de Gás do Pará S.A. - Gás do Pará; vii) TNG Participações Ltda., e viii) TGP Transportadora de Gás do Pará S.A., estão em fase pré-operacional e o início das operações e/ou sua implementação, dependem da viabilização da construção de gasodutos e estabelecimento de modelos de negócio que viabilizem as operações das referidas investidas. Até o início das suas operações, as referidas investidas continuarão a depender de suporte financeiro a ser obtido através de aporte de capital por parte de seus acionistas ou de recursos de terceiros.

Representação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 4.8, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram reapresentadas em razão de ajustes e reclassificação contábil de determinadas contas. As alterações envolveram os ajustes dos saldos das conta de dividendos a pagar, no passivo circulante, do resultado da equivalência patrimonial no resultado do exercício, e contas de reservas de lucro do patrimônio líquido, não apontados por esta auditoria na época.

Esses ajustes visam melhorar a apresentação das informações financeiras, assegurando maior clareza e alinhamento com os critérios contábeis aplicáveis..

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor. A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e com o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção

de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 15 de outubro de 2025

SANTANA E SOUSA
AUDITORES
INDEPENDENTES
CNPJ nº 13.049.070-5
CNPJ nº 13.049.070-5
CNPJ nº 13.049.070-5

ALBERTO DA
SILVEIRA
CNPJ nº 13.049.070-5
CNPJ nº 13.049.070-5
CNPJ nº 13.049.070-5

ALBERTO DA SILVEIRA LIMA
Contador
CRC – BA – Nº 9.031



Assinado Digitalmente por: EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130 - Em: 24/12/2025

Certificado emitido por: CN=AC DIGITALSIGN RFB G3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: https://atarde.com.br/validator-iti caso deseje validar a assinatura!

961 BALANCO TERMOGAS.pdf

Código do documento: 961



Assinado por:



EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130
Certificado Digital
E-mail: publicidade@grupoatarde.com.br

Registro de Eventos:

24 dez 2025, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 961

Criado por: Lucas Cerqueira **Email:** lucas.cerqueira@grupoatarde.com.br

DATE_ATOM: 2025-12-24T10:19:42-03:00

24 dez 2025, 10:19:42 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

DATE_ATOM: 2025-12-24T10:19:42-03:00

24 dez 2025, 10:19:42 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130

E-Mail: publicidade@grupoatarde.com.br

Emissor do Certificado: CN=EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130,
OU=videoconferencia, OU=24479762000180, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, L=Salvador, S=BA, O=ICP-Brasil, C=BR

DATE_ATOM: 2025-12-24T10:19:42-03:00

Hash do documento original:

[SHA256]: 46db13b567e8957aa3b59da5b7a0bd8aee8660070ed0c24b004289842db04f26

[SHA512]: 7381c205bd87f79d55c0e1cbd7b57cbf9b0ad5e187d6b94b8d03defcdd2da07abb4b8b66f2fe9db4f8f216d68736b2f401691244a723e1ed33e269e5d467a6dc

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC DIGITALSIGN RFB G3